



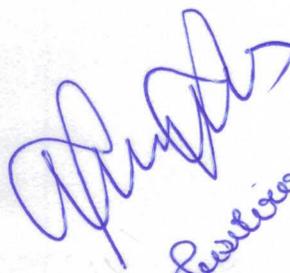
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

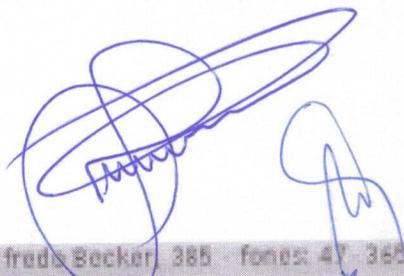
RGF 2º quadrimestre de 2023.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 10:00 horas, no plenário da Câmara de Vereadores do Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, instalou-se a Audiência Pública, para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Segundo Quadrimestre de dois mil e vinte e três, conforme determina o parágrafo quarto do artigo nono da Lei Complementar nº 101 de quatro de maio de dois mil. Iniciado os trabalhos, deu abertura à presente audiência o secretário de administração senhor Vilson Tibes, que agradeceu a presença de todos, e explanou que de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a cada quadrimestre devem ser demonstradas em audiências pública a "avaliação do cumprimento das metas de receita e despesa", bem como da Dívida Consolidada Líquida e Operações de Crédito, estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2023, até o final do mês imediatamente subsequente ao demonstrado. Na sequência passou a palavra para o assessor contábil sr. Everson Spagnollo que iniciou a apresentação das metas e seus respectivos resultados obtidos ao final do Segundo Quadrimestre de dois mil e vinte e três, mencionando que todas as informações encontram-se disponibilizadas no site do Município de Monte Castelo www.montecastelo.sc.gov.br no link transparência <https://transparencia.betha.cloud/#/9fjKblCWJpSDYDwzurb7PQ==> bem como no site www.tce.sc.gov.br em informações dos municípios <http://servicos.tce.sc.gov.br/sic/homesic.php>. Orçamento 2023 estimado em R\$ 42.000.000,00. Começando com a avaliação da **Receita Arrecadada** totalizou em R\$ 27.411.883,53, sendo R\$ 26.921.479,80 de receitas correntes e R\$ 490.403,73 de receitas de capital. Em relação à Meta de Arrecadação para até o 2º quadrimestre 2023 prevista em R\$ 28.000.000,00, o Município ficou a baixo da meta em R\$ 588.116,47. Até o final deste período o município não obteve receitas com Alienação de Bens nem com Operação de Crédito. Em seguida fez a exposição sobre as **Despesas Executada**, sendo liquidado uma despesa de R\$ 25.432.530,70, distribuídas em R\$ 19.270.535,18 de despesas correntes e R\$ 6.161.995,52 de despesas de capital. Na sequência, confrontou a Receita Arrecadada e a Despesa Liquidada, demonstrando um Superávit Orçamentário na ordem de R\$ 1.979.352,83. Quanto aos Resultados Primário e Nominal, foram calculados de acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 8ª Edição, aprovado pela Portaria STN nº 495 de 06/06/2017. Desta forma temos o que segue, o **Resultado Primário**, identificou o valor de R\$ 13.104,34. Em relação ao **Resultado Nominal**, que tem a meta prevista em R\$ -723.150,00, o município



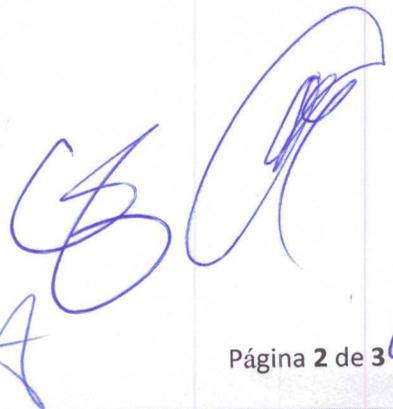
atingiu o valor de R\$ 43.663,86. Em Relação à **Dívida Consolidada Líquida** obtivemos na ordem de R\$ -4.950.287,49, ou seja, -12,65% sobre a Receita Corrente Líquida, portanto ficando bem abaixo do estabelecido por Resolução do Senado Federal, então fica cumprido o limite de alerta do inciso III do § 1º do art. 59 da LRF. Além das metas fiscais, o assessor contábil Everson Spagnollo apresentou o desempenho da Gestão Municipal em relação aos limites Legais e Constitucionais. Em relação aos **Gastos com Pessoal** do Poder Executivo (40,08%) e Legislativo (2,34%) realizados nos últimos 12 meses, atingiram o montante consolidado de R\$ 39.347.313,98, resultando numa despesa **total com pessoal de 42,42%** sobre a **Receita Corrente Líquida** ajustada para cálculo dos limites da Despesa com Pessoal o total de R\$ 38.856.540,98 e, portanto, abaixo do teto de 60% sobre o Limite de Alerta, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF. Na sequência avaliou os **Gastos com Ações e Serviços de Saúde**, que atingiram o valor aplicado pelo Município na ordem de R\$ 3.708.407,92, resultando em **20,07%** sobre a Receita de Impostos e de Transferências de Impostos, ficando acima do limite mínimo de 15% (quinze pontos percentuais), e cumprindo o estabelecido pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012. Continuando, explanou sobre os com **Gastos na Educação**, cujo valor atingiu a importância de R\$ 4.469.550,94 sobre a Receita de Impostos e de Transferências de Impostos, sendo aplicado desta forma **23,52%** em gastos com a manutenção e desenvolvimento do Ensino, ficando abaixo do limite mínimo de 25%. E, finalmente, apresentou os gastos aplicados na **Remuneração de Pessoal do Magistério**, que alcançaram o valor de R\$ 2.808.427,08, que equivale a **67,30%**, sobre o total dos recursos recebidos do FUNDEB e respectivos rendimentos de aplicações financeiras, portanto, também abaixo do limite mínimo de 70%, estabelecido pelo artigo 22 da lei 11.494/2007. Na sequência, disponibilizou espaço para discussão dos resultados apresentados, com os participantes, para questionamentos e para tirar dúvidas. Encerradas as discussões e questionamentos, devolvendo os trabalhos ao Secretário de Administração e Finanças, que agradeceu a todos e encerrou a audiência, da qual, lavrou-se a presente ata.


Secretaria




Secretário







BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o 2º Quadrimestre de 2023
RECEITAS	
Previsão Inicial	42.000.000,00
Previsão Atualizada	42.000.000,00
Receitas Realizadas	27.411.883,53
DESPESAS	
Dotação Inicial	42.000.000,00
Dotação Atualizada	52.559.959,63
Despesa Empenhada	29.149.507,13
Despesa Liquidada	25.432.530,70
Despesa Paga	25.398.871,00
Superávit Orçamentário	1.979.352,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	
Receita Corrente Líquida	39.347.313,98
RCL Ajustada Endividamento	39.147.313,98
RCL Ajustada Cálculo Despesa Pessoal	38.856.540,98
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	
Resultado Primário – Meta LDO 60.000,00	13.104,34
Resultado Nominal – Meta LDO -723.150,00	43.663,86
DESPESA MANUTENÇÃO DO ENSINO	
Mínimo 25% impostos 4.469.550,94	23,52 %
Mínimo 70% fundeb folha 2.808.427,08	67,30 %
RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	
Receita de Operação de Crédito	0,00
Despesa de Capital Líquida	6.161.995,52
RECEITA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO	
Receita da Alienação de Ativos	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00
DESPESAS COM AÇÕES EM SAÚDE	
Despesas em saúde 3.708.407,92	20,07 %
DESPESA COM PESSOAL	
Pessoal Poder Executivo	40,08 %
Pessoal Poder Legislativo	2,34 %
Total Despesa Pessoal 16.482.609,18	42,42 %
DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Consolidada Líquida -4.950.287,49	-12,65 %

